

Ouçã a rua, Marianne

Listen to street, Marianne

José Geraldo Soares Damico

RESUMO

O artigo discute determinadas formas de governo da juventude por meio de políticas de segurança pública, como respostas do Estado à generalização do sentimento de insegurança e medo na sociedade. Problematizo práticas estatais nas periferias urbanas, que se dirigem aos jovens que habitam a cidade de *Grigny Centre*, considerando-as como uma intensificação do governo das condutas. A abordagem teórico-metodológica situa-se na interface dos estudos culturais e da antropologia política. As ações do Estado francês operam criminalizando a juventude pobre, árabe e negra. Foi possível trazer à tona uma força vital, trata-se da capacidade dos/das jovens de elaborarem teorias sobre suas próprias condições e trajetórias. Com efeito, os/as jovens reconhecem a disjunção entre o que seria importante nas suas vidas e o que as ações de Estado lhes propõem ou oferecem.

Palavras-chave: políticas públicas de segurança; juventude; práticas de governamentalidade; identidades.

ABSTRACT

This article analyses forms of "governmentality" of the youth, as far as public security policies are concerned. Such policies as reactions from the State generalization of a feeling of insecurity and fear in society. To that end, I discuss "governmentality" practices directed to suburban areas and in particular to the youngsters that live *Grigny Centre*. Such practices result from the intensification of State control over youngster behaviors. The theoretical-methodological approach from the interaction of cultural studies and political anthropology, It represents the potential of young men and women to formulate their own theories regarding their own condition and life trajectories. It is my perception that young men and women acknowledge the existence of what is relevant to their lives and what is proposed or provided by the actions from the State.

Keywords: Youth. Violence. Public Security Policies. Governmentality. Identity.

Diante da quase onipresença da temática da violência nos noticiários dos jornais impressos, radiofônicos, televisivos e eletrônicos, *experts* clamam pelo endurecimento das penas, por prisões de segurança máxima articuladas com penas alternativas, pulseiras ou braceletes eletrônicos para os egressos dos regimes semiabertos etc.

Em um mundo que experimenta mudanças cada vez mais profundas e aceleradas, parece que estamos vivendo, na última década¹, um período de

¹ Em artigo de Eric Macé (1999, p. 181), o autor afirma: "O contraste aliás é grande entre a onipresença da questão da violência (na mídia, nos dispositivos privados de segurança, no sentimento de insegurança expresso por todos os brasileiros, qualquer que seja sua classe social ou lugar de

aprofundamento das intervenções sociais combinadas com intervenções penais na França e em vários países do mundo. O que poderia ser mera coincidência é abordado por mim, neste artigo, como resultado de uma alteração e intensificação dos modos como o Estado exerce o governo das condutas, ou seja, determinadas práticas políticas de governamentalidade que atingem as periferias urbanas e, de modo especial, os/as jovens que lá habitam.

São justamente as mutações em torno da presença estatal nas periferias urbanas, agora dominadas pelo paradigma da segurança pública, que atravessam e modulam a aparelhagem estatal, que busquei examinar, a partir da analítica da governamentalidade, algumas ações estatais de segurança pública que reúnem um conjunto de ações de prevenção e de repressão à criminalidade que integra as chamadas *politiques de la ville*.

Os materiais foram analisados na perspectiva da análise cultural, ancorada na teorização foucaultiana.

Problematizando um acontecimento

Para seguir o alerta de Foucault com relação às racionalidades que estão em jogo para governar as juventudes periféricas francesas, trago a noção de “acontecimento” (no sentido foucaultiano) para a definição de meu foco de problematização (FOUCAULT, 1996, p. 57):

[...] certamente acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é a ordem dos corpos. Entretanto ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência e dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais, não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material.

Acontecimento é uma situação singular que se efetiva no âmbito das práticas cotidianas e que atualiza o presente a partir de movimentos de experimentação. Todo acontecimento expressa uma reativação permanente de uma prática ainda não instituída e implica uma atualização e uma problematização da realidade produzidas em um lugar e em um momento singular. É sempre uma possibilidade de uma experimentação; é provisório e não linear. Constitui-se em um encadeamento de descontinuidades superpostas.

residência) e o fato de que ela não é assumida política e publicamente, a não ser pelos meios policiais e militares”.

O acontecimento, nesse caso, é marcado pelos motins ocorridos na França no outono de 2005. Nesse período, foram incendiados quase nove mil carros e centenas de prédios. O governo francês reagiu, colocando em ação a tropa de choque, efetuando três mil prisões e decretando estado de emergência², que perdurou durante três meses.

Nicolas Sarkozy, Ministro do Interior³ à época, fez uma série de declarações que revoltaram ainda mais os moradores das periferias. Ele disse, por exemplo, que “os subúrbios são lugares onde se escondem os criminosos (responsáveis pelos motins) e estes deveriam ser limpos com lava-jato” e descreveu os jovens que protestaram contra uma visita sua a um subúrbio parisiense como “gangrena” e “plebe”. Outros comentários seus incluíram chamar os manifestantes de “vagabundos” e “escória”, culpando pela violência os “agentes provocadores”, e afirmando que os motins⁴ foram organizados por “barões da droga”, ou “islâmicos radicais”.

Sarkozy, que disputava a indicação para concorrer às eleições presidenciais de 2007, soube utilizar muito bem toda a repercussão negativa dos motins, em especial a antipatia e a revolta dos franceses dos extratos médios contra aqueles de origens imigrantes, por destruírem patrimônios privados e públicos. Para captar esse apoio dos franceses conservadores, o então Ministro do Interior colocou em ação um conjunto de medidas repressivas e punitivas, dirigidas diretamente àqueles de origens imigrantes, como expulsar todos “estrangeiros” envolvidos em motins, além de retirar os subsídios da bolsa para merenda escolar de jovens que participaram nos motins.

Dentre as respostas do poder público francês, destaca-se a criação de uma polícia especial para os subúrbios, além do anúncio, por parte dos ministérios da Educação e do Interior, de uma reforma na lei do código penal de menores.

Apesar de não constituírem uma novidade, as ações de Estado após os motins de 2005 são entendidas como modos de governo porque intensificam e investem no governo das condutas de jovens das periferias urbanas, de acordo com Wacquant:

Mostrar a luta contra a delinquência das ruas como um permanente espetáculo moral permite aos dirigentes atuais (como aos anteriores) reafirmar

² O governo reeditou uma lei de 1955, utilizada durante a guerra colonial contra a Argélia.

³ Cargo equivalente a Ministro da Justiça no Brasil.

⁴ Apesar dos confrontos entre polícia e jovens das periferias terem começado, na França, em meados da década de 1990 e continuarem ocorrendo, os distúrbios que começaram em Clichy-sous-Bois, em 2005, foram considerados um marco fundamental nas relações entre o Estado francês e a juventude periférica. Ao mesmo tempo, foi um trunfo importante para a eleição do presidente Nicolas Sarkozy que, com declarações como essas, construiu uma imagem de político forte que não cede jamais.

simbolicamente a autoridade do Estado no momento exato em que se percebe sua impotência no campo econômico e social. Essa encenação de segurança também lhes dá a esperança de atrair uma camada de eleitores fascinados pelo programa autoritário e xenófobo do *Front Nationale*. E quando os resultados das urnas decepcionam, como ocorreu com o governo da esquerda plural na eleição municipal de 2001 e com a direita majoritária nas eleições regionais do inverno de 2004, só resta intensificar a repressão penal, e subordinar mais estreitamente o funcionamento da administração penitenciária ao da Justiça, e a política judiciária ao ativismo desenfreado da polícia (WACQUANT, 2004, p. 229).

Os aparatos públicos e privados de segurança cresceram e sofisticaram-se. Aumentaram os contingentes policiais, aperfeiçoaram-se os equipamentos, ampliaram-se as atribuições de vigilância pública e privada. Ao mesmo tempo, endureceram as penas em quase todo o mundo ocidental, com o conseqüente aumento da população encarcerada e da população submetida à tutela penal, ainda que não privada de liberdade.

Para debater e problematizar as ações do Estado (governo dos outros) e os processos de subjetivação (governo de si), foi preciso assumir que tensões sociais, sejam elas quais forem, se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares, e não como escolhas morais unívocas. Assim, em um contexto em que a juventude – e, dentro dela, a juventude masculina – tem sido posicionada de forma múltipla, como potência e, sobretudo, como problema social relevante – seja pelos problemas com que nos confronta, seja por suas potencialidades presentes e futuras – torna-se interessante e necessário refletir sobre os desafios que se alinham em torno dessa problemática nas periferias urbanas.

Entendo que a problematização da governamentalidade, de Michel Foucault, me permitiu acessar as racionalidades governamentais como campos de possibilidades plurais e imanentes entre si. E, assim, pude compreender que, embora a governamentalidade tenha proporcionado uma modificação ou, até mesmo, uma fratura no interior da analítica do poder, em compensação, ela facultou tratar num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a macropolítica e a micropolítica, o governo dos outros e o governo de si mesmo.

Aspectos teórico-metodológicos

Todo texto acadêmico delinea um tema, o trajeto argumentativo de sua enunciação e, também, uma (ou mais de uma) promessa. Dessa forma, e tendo em

vista o contexto descrito e a potência reflexiva que nele vislumbrei, trabalhei com um conjunto de elementos organizados com o material empírico, que reuni, ou seja, minhas incursões aos campos de pesquisa, as falas de jovens que ali cresceram e vivem, para discutir elementos que, desde sua própria capacidade de formulação, e de maneira articulada, estão implicados com a produção de identidades juvenis de determinado tipo. Os textos gerados pelo trabalho de campo foram analisados, aqui, na perspectiva da análise cultural ancorada na teorização foucaultiana (FISCHER, 2001; MEYER et al., 2006) para descrever e problematizar discursos (FOUCAULT, 1987).

Para Michel Foucault, a ideia de governo diz respeito a como o poder se exerce: "É um modo de ação de alguns sobre outros". E adverte: "o poder só existe em ato" (FOUCAULT, 1995, p. 242). "Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes" (*ibidem*, p. 243). Para Foucault, então, exercer o poder é "conduzir condutas", em uma ação à distância para estruturar o possível campo de ação alheia. Todavia, tais relações não se encontram acima da sociedade ou fora dela, uma vez que fazem parte das relações cotidianas, exercidas em rede, em vários pontos do espectro social.

O lugar, o trabalho de campo e os sujeitos da pesquisa

A cidade de *Grigny Centre* divide-se em dois grandes conjuntos: *Grande Borne* e *Grigny II*. Há 50 anos, *Grigny* era apenas uma pequena vila, composta por casas agrupadas em torno de duas grandes fazendas até o período da grande industrialização da região, que trouxe novas possibilidades de trabalho e de geração de renda, além de crescimento econômico e desenvolvimento, em um contexto em que o incentivo à imigração contribuía para aumentar as chances de o país concorrer em igualdade de condições com as outras nações europeias (GIBLIN, 2008).

Os movimentos iniciais de transformação do vilarejo começaram em meados da década de 1950. Foi construída uma estrada ao lado da vila que, atualmente, divide o espaço de *Grigny* em duas partes: de um lado, encontra-se *Grigny II* e, do outro lado, está um grande, e agora degradado, residencial: *La Grande Borne*. Ao longo da rodovia, novas fábricas, dentre elas uma da Coca-Cola, foram construídas, sendo nelas que a população da área encontrava trabalho. *Grigny II* e *La Grande Borne* (criadas na década de 1960) resultaram de uma política governamental para a construção de novos bairros nos arredores de Paris (WACQUANT, 2008). Tal política foi motivada

pela escassez de moradias e porque os imigrantes estavam vivendo em “favelas de lata” próximas a Paris.

A construção desses bairros levou a um rápido crescimento populacional em *Grigny Centre* que, em 1968, contava com 2.957 habitantes e, em 1972, já tinha 21.655. Esse aumento acelerado, em apenas quatro anos, acentuou os problemas de infraestrutura, educação, saúde e trabalho os quais persistem até hoje.

Atualmente, o território que foi concebido para ser um bairro tranquilo e moderno é representado como uma das zonas mais pobres e mais difíceis dos subúrbios de Paris. *Grigny Centre* – segundo a mídia, o Estado francês e grande parte dos trabalhos acadêmicos (GIBLIN, 2008; SAUVADET, 2007; MUCHIELLI, 2009) que se ocupam de problemáticas que envolvem violência, migração e exclusão social – é um dos mais explosivos subúrbios franceses. A área tem cerca de 25 mil habitantes registrados, mas o número efetivo deve passar de 30 mil (conforme boletim da prefeitura), uma vez que há um grande número de pessoas sem documentos, que não respondem aos recenseadores por medo das ameaças de expulsão do governo francês. A maioria dos habitantes acima dos 40 anos veio da região de Magrebe⁵ ou da África subsaariana⁶. Os mais jovens são, em grande parte, nascidos na França.

A cidade tem uma das maiores taxas de desemprego de toda a França, chegando a quase 50% para jovens entre 15 e 24 anos. Para a população geral, essa taxa é de 30% (KOKOREFF⁷, 2003).

Características como forte densidade populacional, concentração de população estrangeira, grande proporção de jovens com menos de 30 anos, taxas de desemprego maiores do que a média nacional, altos índices de fracasso e evasão escolares, bem como a perceptível tensão entre diferentes grupos sociais, são utilizadas para nomear subúrbios parisienses como *sensíveis, desfavorecidos, difíceis e violentos*. O uso de tal terminologia não é fortuito e produz determinados efeitos classificatórios, que também variam segundo as circunstâncias, os contextos e os meios em que são empregados – políticas públicas, noticiários, estudos acadêmicos, pautas de políticos de diferentes partidos e/ou de grupos e movimentos sociais.

O trabalho de campo foi realizado entre março de 2009 e janeiro de 2010, também utilizando a estratégia de reuniões, com discussões em grupo, uma vez por semana⁸, com cerca de 10 jovens moradores, entre 17 e 30 anos. A maioria do grupo

⁵ Argélia, Tunísia, Líbia, Mauritânia, Saara Ocidental e Marrocos.

⁶ A cidade, segundo os próprios moradores, está dividida entre a população de origem africana, que vive em *La Grand Borne*, e a população de origem árabe, que vive em *Grigny II*.

⁷ As traduções dos originais em francês e em inglês são de minha autoria.

⁸ Não fizemos reuniões em alguns períodos, como nas férias de verão em julho, quando a maioria dos/das jovens viajava para visitar familiares que ficaram nos países de origem de seus familiares, e

foi composta por jovens homens, mas pelo menos três mulheres também estiveram presentes. A composição do grupo nem sempre foi a mesma, já que era alterada quando alguém trazia um amigo ou amiga para conhecer o trabalho, ou quando alguém que tinha faltado à reunião anterior voltava na reunião seguinte.

Os componentes do grupo foram selecionados e convidados por Amar Henni⁹, que, por conhecer muito bem as famílias que vivem em *Grigny*, pôde operacionalizar a heterogeneidade prevista no desenho metodológico prévio. O fato de o convite para participar ter partido de Amar, também criou, desde o início, um clima de confiança e liberdade de expressão que dificilmente teria se instaurado em outras circunstâncias. Com exceção de duas meninas da área vizinha (*Ris Orangis*¹⁰), os outros jovens viviam em *Grigny*. A maioria estava estudando ou procurando um emprego ou um estágio. Pelo menos dois deles já tinham passado pela prisão.

Os participantes do grupo se envolvem muito seriamente na conversa. Ninguém perturba ou fica tirando sarro de alguém, todos/as escutam atentamente uns aos outros e mostram muito respeito para com Sylvain, o que não quer dizer que tratam-no como um superior. Uma das meninas, por exemplo, faz uma crítica a Sylvain por não terminar as suas perguntas e por falar muito lentamente. Segundo ela, Sylvain faz com que seja difícil para ela entender suas ideias. Tenho a impressão de que todos se sentiam livres para dizer o que quisessem, mas alguns dos jovens se destacavam falando mais do que o restante do grupo. Em vários momentos, em virtude do nosso pedido de que eles/as citassem as palavras que são importantes e descrevessem o significado dessas palavras, a conversa se tornava bastante abstrata e longos silêncios se faziam presentes. Eu me senti muitas vezes desconfortável com a troca de ideias quase socrática de pensamento que estávamos tendo, na tentativa de descrever com precisão as diferentes camadas de significados que os jovens atribuem a uma determinada palavra, como família ou traição [Recordações do primeiro dia de grupo em *Grigny Centre*, 13 abr. 2009].

Essas anotações também serviram como ponto de partida para algumas entrevistas individuais que julguei necessário fazer nos últimos dois meses de convivência com os/as jovens.

durante o *Ramadan*, em setembro, quando a cidade praticamente para por conta das obrigações religiosas.

⁹ Amar Henni é estudante de doutorado sob a supervisão de Sylvain Lazarus (professor da Universidade de Paris 8) e ex-diretor do serviço de juventude em *Grigny*.

¹⁰ *Ris Orangis* localiza-se ao lado de *Grigny*, e ambas fazem parte do departamento de *Essone*, da região da *Île de France*.

(Des)Governando *Grigny Centre*

Na França, os bairros periféricos visibilizam o abandono e a marginalização de uma população que se vê *impedida*, ou bem *excluída* de um modo de vida próximo dos padrões da classe média, que é apresentado como acessível a todos pela comunicação de massa e, de fato, culturalmente desejado pela maioria da população (DUBET, 1992; CASTEL, 2008).

Nas palavras de François Dubet (2003, p. 36), “a França habituou-se às revoltas urbanas, às violências escolares e ao desemprego endêmico; a imagem da classe operária apagou-se por trás daquela de novas ‘classes perigosas’, encarnadas pelos ‘jovens das cidades’ [*cité*]¹¹”. Sobre as revoltas urbanas, Silvie Tissot chama a atenção para o frequente deslocamento do foco do problema – a relação difícil entre polícia e jovens – para a questão social da periferia, dos bairros problemáticos. “Tudo passa-se finalmente como se a emergência do problema dos bairros [tidos como problemáticos] se operasse sobre a base de um esquecimento, ou melhor, de um recalçamento: aquele do acontecimento desencadeador das revoltas, a morte de um jovem” (TISSOT, 2004, p. 64).

Em *Grigny Centre*, e em outros tantos *banlieues* francesas, o que se observou foi que os sucessivos planos de melhorias urbanísticas terminaram por “produzir um processo de separação espacial que conduz as diferentes categorias sociais a viver – obrigadas ou livremente segundo os recursos de que dispõem – entre si” (DONZELOT, 2006). Ou seja, é desse modo que houve uma evasão das categorias sociais economicamente em melhores condições e uma fixação daqueles grupos mais pobres (CASTEL, 2008), sem contar os lucros das empreiteiras e dos bancos envolvidos nas estratégias de renovação urbana.

Várias intervenções urbanísticas em *Grigny Centre* foram baseadas, em um primeiro momento, na ideia do *controle natural dos acessos*, que propunha um território claramente delimitado, com fronteiras embarreiradas (muros, grades etc.) e acessos reduzidos e estrangulados. Entretanto, o urbanismo também modifica seus preceitos, como exemplifico através da minha recordação de campo.

Numa das muitas incursões que fiz ao lado de Amar Henni para encontrar ou buscar um jovem para o grupo, estávamos passando atrás do conjunto residencial de *La Grande Borne*, quando avistei algumas máquinas e tratores, perguntei a Amar: **O que será construído ali?** Ele me disse: *Damico, aqui vai ser construída uma escola*. Eu, ingenuamente, com aquela visão missionária da

¹¹ O tradutor optou pelo termo cidade, no entanto coloquei entre colchetes *cité* em função do sentido dado por Dubet na frase, que se refere aos grandes conjuntos habitacionais pobres localizados nas periferias francesas.

escola, disse: **que ótimo pelo que sei é bem importante para os jovens daqui.** Amar: *Tu nem imaginas o que foi essa negociação, a construção da escola ficou condicionada a que o Maire aprove abertura daquela ruela ali. Como assim? É por aquele pequeno beco que quando tem confronto com a polícia os jovens fogem!* Restou-me ficar calado e pensativo [Recordações de campo, 14 nov. 2009].

As intervenções de desenho urbano incidem como modos de governo sobre os territórios e as populações, promovendo formatos de território do tipo cidadela, fortemente delimitados e territorializados, com estrangulamento e limite de acessos fortemente vigiados.

Outra *politique de la ville* criada pelo Estado francês, como políticas de prevenção e segurança, foram as Zonas de Educação Prioritárias¹² (ZEP), com objetivo de superar as desvantagens educativas de crianças e jovens residentes em bairros sensíveis e as taxas massivas de fracasso escolar.

Alguns estabelecimentos escolares situados em bairros sensíveis, como os de *Grigny Centre*, receberam apoio financeiro e horas suplementares para os/as professores/as realizarem tarefas no contraturno escolar. No entanto, o fato de essas escolas serem nomeadas como especiais e serem destinadas para aqueles com maior fracasso escolar fez com que diminuísse as matrículas nas escolas ZEP, uma vez que boa parte das famílias buscava estratégias de evitar tais escolas. Alguns estudos, segundo Giblin (2008, p. 426), “demonstraram que estudantes escolarizados no ZEP tiveram desempenho pior em francês e matemática do que estudantes de escolas não zoneadas”.

De fato, a escola é considerada como um calcanhar de Aquiles nas relações dos jovens dos subúrbios, com as chamadas instituições republicanas francesas. De acordo com Robert Castel (2008, p. 50):

A escola republicana não exclui: ela acolhe sem distinção todos os alunos. Porém se ela não exclui, ela expulsa os que ela não conseguem integrar. E aqui a triagem não é feita aleatoriamente. Deste modo, dentre os alunos que abandonaram a escola sem nenhum diploma, 43% tinham os pais de origem magrebina.

A escola continua reivindicando seu funcionamento sob o princípio republicano da igualdade de chances e da promoção pelo mérito, mas mostra-se incapaz de garantir a paridade dos grupos sociais e de poder efetivamente realizar esse ideal.

¹² As ZEP foram criticadas por reunirem em torno de si o estigma de escolas para alunos problemáticos. Para o restante do sistema de ensino público francês, os/as estudantes são divididos pela Carta Escolar, que é o instrumento de zoneamento para distribuição dos/das estudantes nas escolas. Nesse zoneamento, as melhores escolas são aquelas que estão nos melhores bairros. Em Paris, seriam as escolas dos 7º e 8º *arrondissement* (região da cidade).

Dessa forma, a escola tem todas as chances de decepcionar até aqueles que creem nela.

Alfredo Veiga-Neto e Maura Lopes podem ajudar a esclarecer o jogo da educação francesa em relação aos jovens do subúrbio. Os autores alertam para a noção de que exclusão/inclusão fazem parte de um mesmo sistema:

[...] as instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, includentes, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter alguns desses “todos” (ou muitos deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 958).

Há uma grande convicção na França de que o sucesso escolar é a única via de promoção social e de integração naquela sociedade. Os/as jovens dos subúrbios oriundos da imigração, cientes dos valores que ela veicula, sabem que suas chances são mínimas se comparadas com jovens dos bairros centrais de Paris (DUBET, 2003, p. 63).

No entanto, outra consequência nefasta dessa relação entre jovens do subúrbio e instituições escolares é o fato que, desde muito cedo, o fracasso escolar os torna mais vulneráveis aos dispositivos de controle e de segurança, pois passam a ser fichados se faltam muito ou se evadem da escola, seus familiares são constantemente constrangidos com visitas do serviço social, e ainda podem perder os subsídios sociais. Para Maura Lopes (2009, p. 157):

A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Ao estarem incluídas nos grupos, nos registros oficiais, no mercado de trabalho, nas cotas de bolsa-assistência, na escola etc., as pessoas tornam-se alvos fáceis das ações do Estado. Trata-se de ações que visam a conduzir as condutas humanas dentro de um jogo com regras definidas, no interior dos distintos e dos muitos grupos sociais. Tais regras não engessam as relações e nem mesmo as participações variadas da população e dos indivíduos em cada ação em que se mobiliza ou é mobilizada.

As políticas sociais de inclusão, na contemporaneidade, passaram a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia.

Ouçã a rua, Marianne¹³

Discriminadas nos serviços de saúde e na escola, as populações das periferias pobres francesas como *Grigny Centre* são relegadas às margens da sociedade. As periferias são classificadas como zonas sem direito, que a república francesa é convidada a reconquistar. Delitos de aparência, provocações diversas e perseguições de toda espécie multiplicam-se, enquanto os abusos policiais não são sequer interpelados pela justiça. É a partir desse quadro que os/as jovens dos quais me aproximei formularam suas elaborações.

Abaixo, apresento a letra¹⁴ de *Eloquence & Apôtre*, um rap que apela ao Estado francês, para que escute a juventude das *cités*:

Ouçã a rua, Marianne...

Para cada geração sua revolução. Amotinador liderando a corrida. A rua se manifesta porque estás assustado. Não te inquietes, temos nossas razões. A polícia volta a perseguir. Os jornalistas e políticos não compreendem nada. Mas deixa prá lá! Não esqueceremos Cacham. Não esqueceremos Sieb e Bouna. Portanto, incendiemos, incendiemos a república. Até que ela chore. Pois nós choramos. Lágrimas de sangue. Lágrimas de chumbo. Minha bandeira branca a meio pau. A cada encarnação. Para cada pensão vitalícia há uma violência potencial. Pergunte a Malik Ousseki. Se nossos direitos são tão reais. Pesei os prós e contras. Mais de mil vezes em meu imaginário. E me dou conta do que representam. É realmente uma merda. Eu sou imigrado, autóctone, cor ébano. Vã dizer a Marianne que o crime é passional. Para cada viatura queimada, um pedido de ajuda. Se houvesse ricos entre nós, teríamos ficado entre nós. Não com vocês. Ao ponto de causar ou tentar vender ardilosas suspeitas. Filhos da puta! Marianne ouça a rua. Cada cigarro que fumo aproxima-me da morte. Cada aluguel que não pago aproxima-me da porta. Todos os dias transcorridos são definitivamente perdidos. Se tu gostas de dormir muito, que te enterrem vivo. Cada batida da polícia aumenta meu ódio. Contra a polícia. Marianne, não diga que você não nos viu chegando. As lágrimas ainda estão presentes. Em muitos centésimos de litros. Agimos sem explicações científicas. Cada vez que a polícia abusa não nos surpreende. É que nossas queixas geralmente são notificadas. Sem ser levadas em conta. Os últimos podem morrer...

Para entender como vivem os jovens nas periferias, é necessário ouvir seus pensamentos. Seus pensamentos não são apenas reflexos das suas opiniões, algum

¹³ Marianne é uma mulher alegórica que representa a República Francesa e a permanência dos valores da república e dos cidadãos franceses: *Liberté, Egalité e Fraternité*. Ela é a representação simbólica da mãe pátria, simultaneamente enérgica, guerreira, pacífica, protetora e maternal. Seu nome provém, provavelmente, da contração de Marie e Anne, dois nomes muito frequentes na França do século XVIII. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Marianne>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

¹⁴ A letra foi publicada na obra de Robert Castel (2008), traduzida por Francisco Morás.

tipo de imaginação normativa, mas suas experiências de vida que se articulam no seu pensamento e as palavras que usam para definir isso. Essa ideia emerge com força nos jovens com quem escutamos durante o trabalho de investigação. Moussa, um dos nossos interlocutores, disse: “Todas as palavras são vividas”.

O *ethos* justiceiro, como elemento constitutivo de identidades masculinas como a assumida pelos jovens de *Grigny*, é, em grande parte, um aprendizado produzido tanto na relação com instituições sociais e estatais (especialmente a justiça, a polícia e a mídia), quanto na socialização das ruas onde crescem¹⁵. Ao adotar ou rebelar-se contra seus códigos, eles procuram conquistar o respeito e a consideração dos membros da comunidade, bem como construir uma reputação que é importante para viver naquele contexto.

A palavra justiça, vivenciada como injustiça, é especialmente significativa nesse processo de construção de identidade:

E no trabalho, se você vem de *Grigny*, quando você tem os mesmos papéis que a pessoa a partir do 16º arrondissement¹⁶ terá mais chance do que alguém que tem papéis de *Grigny*. Se alguém de *Grigny* colocar outro endereço, ele será contratado (Moussa).

Os promotores não fazem um esforço para realmente olhar para os detalhes de um processo; eles não conseguem olhar para o réu como um indivíduo (Moussa). [Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Alguns jovens sustentam que o Estado é responsável pela criação de leis que aumentam ainda mais as desigualdades entre as pessoas. Muitos deles acham que jovens dos subúrbios não são tratados de forma igual perante a lei e que recebem punições maiores para a mesma infração quando esta é praticada por outros jovens que vivem nas regiões nobres de Paris. A discussão sobre a gravidade de crimes diferentes, como roubo, furto e *crimes de colarinho branco*, apareceu muitas vezes nas sessões do grupo. Eles argumentavam que pessoas da *elite* que cometem um ato criminoso – como empresários fraudulentos ou políticos corruptos – são menos punidas do que os jovens dos subúrbios. Em seu estudo, Kokoreff descreveu essas mesmas percepções que ele definiu como um “sentimento de ser vítima de uma justiça de duas velocidades distintas, um sistema legal que tem duas engrenagens e

¹⁵ Os jovens do grupo parecem, ao mesmo tempo, dar-se conta de quão danosa pode ser a lei do bairro, principalmente para a socialização das crianças, e decidiram desenvolver três projetos, a partir das reflexões feitas no grupo. Entre eles, destacamos um atelier de escritura para crianças que denominaram de *Proteger as crianças da lei do Estado e da lei do bairro*.

¹⁶ Divisão territorial de Paris. O 16º é um bairro cuja população possui condições socioeconômicas mais favoráveis.

que acelera mais rápido para condenar um jovem do subúrbio que um político fraudulento” (KOKOREFF, 2003, p. 110).

Já para as mulheres jovens do grupo, as relações com a família, com os amigos e com as instituições parecem ser um pouco diferentes. Primeiro, a *lei do bairro* não parece se aplicar a elas do mesmo modo. Em função de valores étnicos, religiosos e morais, elas, como mulheres, precisam criar uma série de estratégias para estar no (ou para evitar o) espaço público do subúrbio, o mesmo onde os jovens homens, em grande medida, forjam suas masculinidades. Essas estratégias envolvem, por exemplo, sair acompanhadas ou até mesmo usar o véu¹⁷ e, se elas querem namorar livremente, precisam ir para longe do lugar onde moram.

Essa posição, que impõe e permite às jovens mulheres que ouvimos expressarem-se de outros modos, deve-se à articulação de uma série de intrincados e complexos processos, como a menor pressão que elas sofrem da polícia, outros tipos de mobilidade social que lhes são demandadas e, ao mesmo tempo, uma forte vigilância dos homens com os quais convivem sobre seus comportamentos. Essa articulação, de certo modo, desloca o Estado e suas instituições do lugar de grande autoridade/inimigo a ser vencido. O que se coloca para elas como possibilidade de liberdade, na maioria das vezes, significa exatamente sair do bairro e de sua rede de relações, assim que possível, ou casar.

Especialmente, os significados relacionados à palavra *polícia* têm forte implicação na construção dessas masculinidades erigidas no espaço da rua, em contextos de periferias urbanas. Na opinião de Moussa, a polícia coloca-se acima da lei. A polícia é acusada de abuso de poder na maioria de suas intervenções, ou de não ajudar quando realmente deveria.

Uma conversa normal não é realmente possível com a polícia. Para eles todos os jovens do bairro são suspeitos. Eles colocam todos no mesmo saco (Abdel).

Os jovens que saem na rua não são abordados de uma maneira pessoal, mas, em geral, tratados como delinquentes em potencial (Moussa).

Eu chegava a ser revistado três vezes por dia, a caminho do futebol ou da escola para casa; isso é diário (Nabil).

¹⁷ Para alguns estudiosos, o aumento da utilização do véu seria um retorno a um tipo de religiosidade e cuidado de preservação de valores culturais das famílias muçulmanas. No entanto, em decorrência de conversas privadas com algumas jovens, pode-se afirmar que o uso do véu é, também, uma forma de serem respeitadas na comunidade e de evitarem ser importunadas ou alvo de brincadeiras de homens, que elas mesmas qualificam de machistas.

As ações da polícia não têm qualquer legitimidade para nós (Moussa). [Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Esse processo, como referi, ganhou outras dimensões, na França, com a eleição de Sarkozy para a presidência. Portanto, a mudança política e institucional da natureza do Estado e do paradigma de segurança pública que nela se instaura não é simplesmente uma queixa dos jovens participantes. Trata-se de uma forma de governo que permite criminalizar as periferias e aqueles que a habitam, em um processo em que castigo e punição passam a ser significados como um princípio político (THOMASSIM, 2009).

Nesse contexto, o *estrangeiro* é posicionado como alguém que quer tirar partido de benefícios sociais e/ou, quando árabe e/ou muçulmano, é relacionado com o terrorismo ou com a organização de violência urbana, nos casos de confronto com a polícia. Assim, jovens habitantes de periferias urbanas, trabalhadores sem documentos etc. são suspeitos *a priori* e representados como inimigos da ordem pública e do bem comum.

Nessa gramática do risco à segurança pública, o Estado francês encoraja a polícia a questionar possíveis situações irregulares nas casas, a invadir apartamentos em busca de armas, a revistar transeuntes e a fazer buscas em carros suspeitos. Além disso, estabelece metas para prisões com premiações em dinheiro para policiais que alcançarem essas metas. Essa “vigilância armada” exercitada pelo governo toma trabalhadores, crianças e jovens pobres e imigrantes como seu alvo e os trata como reféns (BERTHO, 2006).

É claro que a forma como a *polícia* se relaciona com a população jovem masculina e vice-versa, na França contemporânea, faz parte de um processo de delimitação entre aqueles que seriam cidadãos de pleno direito – a identidade francesa que usufrui o direito de compartilhar o que é comum, conforme Sagot-Duvaroux (2006) – e os outros. Bauman descreve esses outros como “pessoas a quem se negou o direito de adotar a(s) identidade(s) de sua escolha”, acrescidos daqueles que têm “negado o direito de reivindicar identidades distintas da classificação que lhes é atribuída e imposta” (BAUMAN, 2005, p. 45-46) e que seriam aqueles recentemente denominados de “subclasse”. Nessa posição, “qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada *a priori*” ou, como expressa Moussa, você é “tratado como um delinquente em potencial”. É o medo do estranho, da diferença, daquilo que escapa ao que reconhecemos como *nós*, que legitima a ação da polícia.

Essa perspectiva de segurança pública talvez subestime, justamente, a profundidade das destabilizações sociais que ela produz. No caso dos subúrbios

franceses e, possivelmente, também no caso das periferias urbanas brasileiras, essa desestabilização pode estar associada a uma crescente disposição para reagir dos jovens. O que nos permite supor que um dos fatores implicados com o fracasso de muitas das ações de segurança pública contemporâneas seja o clamor cada vez maior por *mais segurança*. Esse contexto pode ser tomado, também, como potencializador de (nem tão) novas formas de masculinidade – aquelas que assumem o que chamamos aqui de *ethos* justiceiro.

O *ethos* justiceiro convive, de forma conflituosa, com significações desencadeadas a partir das palavras respeito e reputação, também muito enfatizadas entre esses jovens.

Quando se caminha nas ruas de *Grigny* em um dia ensolarado, podem-se ver as pessoas parando para cumprimentar umas às outras no meio de um cruzamento, apertando mãos e trocando cumprimentos. Nós ensinamos essas regras gerais de cortesia às crianças daqui, porque esta é a maneira como as coisas funcionam “entre nós” (Ali).

Eu não sei por que os jovens aqui são tão respeitosos. Talvez porque nós sejamos os mais antigos do bairro, eles são obrigados a se comportar, porque eles sabem muito bem... que não queremos agredi-los, mas nós também sabemos como e o que falar com eles, a linguagem que eles vão entender; e eles sabem que as palavras provenientes de nossas bocas são para ajudá-los. É a maneira de falar que importa (Moussa). [Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Esse comportamento partilhado não só faz as pessoas se sentirem em casa, em um certo nível básico de reconhecimento, mas também reflete valores que são comumente acolhidos por pessoas do bairro. Respeito e reputação não se traduzem apenas em regras de cortesia, mas são partes essenciais de uma atitude cotidiana.

Esses valores de cortesia e respeito frente à reputação denotam componentes constitutivos dessa masculinidade, e eles convivem com a sensibilidade justiceira, em suas dimensões de provisão e proteção, expressando-se através de ações de cavalheirismo e de cordialidade. Essas ações funcionam como formas visíveis de contraposição às representações de falta de civilidade e violência que marcam e discriminam populações periféricas e pobres (CECCHETO, 2004; WACQUANT, 2008).

Regras de cortesia são cultivadas, ali, como valores fundamentais da convivência no bairro e são, ao mesmo tempo, valores que se diferenciam da convivência anônima nas grandes cidades. Essas regras, entretanto, estão também atreladas a noções de honra e de dignidade que, no limite, circunscrevem possibilidades profissionais dos jovens naquele contexto:

Porque tudo o que nos resta é a honra e a dignidade. E às vezes alguns deles estão prontos para morrer por isso. Há muitas pessoas que se envolvem em formas muito graves de criminalidade, muito perigosas. Mas a vida continua (Nabil).

Porque você não está trabalhando para um patrão e seu sucesso nos negócios depende completamente dos valores que você honra. Se você não mantiver sua palavra, por exemplo, você perde a sua posição. Enquanto estiver “no comércio” você não tem um contrato com certas condições especiais, você tem um contrato baseado em princípios (Nourredine). [Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Apesar das dificuldades vividas em locais desfavorecidos, como *Grigny*, as pessoas orgulham-se de *ter dignidade*. Quanto mais negativa se torna a imagem dos subúrbios – e lugares como *Grigny* são representados como *difíceis, violentos e perigosos* –, mais seus habitantes acham importante *jamais baisser les bras* (nunca desistir), como disse Nabil.

Nessa direção, a forma como a mídia aborda as tensões entre os jovens e a polícia é descrita por eles como altamente discriminadora. A TV estaria mostrando apenas imagens dos subúrbios que se encaixam em classificações já estabelecidas e legitimadas – *lugares difíceis, sensíveis, violentos*. A opinião geral dos jovens é que a mídia só mostra o que interessa a eles mostrar.

Em contextos representados como *difíceis*, o princípio de nunca desistir (*jamais baisser les bras*) torna-se particularmente importante para homens jovens que aprendem que devem evitar, a qualquer custo, posições de subalternidade. O argumento de manter a dignidade pode, então, também ser aplicado para justificar a escolha de tornar-se ativo na economia clandestina do bairro. Eles (segundo dizem) desejariam participar da economia formal, como todos os outros, mas diante das dificuldades para conseguir um emprego, que se ajuste às suas expectativas, muitos deles preferem entrar no *negócio da droga* ou em outra atividade arriscada a ficar em uma posição subalterna – seja essa posição um trabalho em que eles têm que obedecer a um patrão, enquanto se ganha pouco dinheiro, ou uma situação em que se depende de bolsas ou auxílios de programas de serviço social. Isso, para eles, é representado como uma indignidade maior do que a de envolver-se em atividades designadas como ilegais, por um Estado no qual não se sentem acolhidos como membros legítimos.

Para finalizar...

Sobre sua relação com o Estado francês, poderíamos dizer que as ações de segurança implementadas por ele para conter e reduzir a ameaça que o subúrbio representa – revistas constantes, prisões, invasões de casas e prédios de particulares, desrespeito a pessoas mais velhas e práticas racistas – são traduzidas como ações que precisam ser respondidas por esses jovens. Se o direito à violência por parte do Estado está legitimado, porque não teriam o direito a se defender? É o que eles se perguntam para justificar o *ethos* justiceiro que assumem.

Assim, pode-se (e diria, deve-se) reconhecer que muitos dos elementos constitutivos dessas masculinidades juvenis aproximam-se bastante daquelas masculinidades hegemônicas que temos confrontado no campo dos estudos de gênero. Ao mesmo tempo, talvez se deva também admitir que essas formas hegemônicas de masculinidade e as feminilidades com as quais elas se relacionam parecem, ainda, interessar aos *Estados* e às sociedades das quais fazemos parte – e isso tanto do ponto de vista de sua produtividade, em termos de manutenção e fortalecimento da ordem instituída, quanto da potencialidade de seu capital eleitoral, em contextos de importantes reconfigurações de processos econômicos, de trabalho e de direitos sociais.

O que eu vivenciei em *Grigny* foi a posição de alguém que nunca deixou de ser um visitante, capaz de ter uma visão superficial da vida dos/das jovens que lá vivem. Contudo, acho que foi possível obter uma perspectiva do que aqueles/as jovens, com quem eu tive contato, têm sobre os seus sentimentos de pertença em relação a *Grigny*, as suas relações tensas com a república francesa e suas elaborações sobre política, justiça e igualdade. Tais *insights* no pensamento desse grupo de jovens oferecem informações valiosas e pistas para pensar sobre a capacidade e engajamento dos jovens que vivem nos subúrbios de Paris, do ponto de vista de sua elaboração sobre os modos de governmentação e a política de verdade a que estão submetidos.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERTHO, Alain. Bienvenue au 21^e siècle! In: BELAID, Chakri (org.) *Banlieue, lendemains de révolte*. Paris: La Dispute/Regards, 2006.

CASTEL, Robert. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes, 2008.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

DONZELOT, Jacques. *Quand la ville se défait. Quelle politique face à la crise des banlieues?* Paris : Seuil, 2006.

DUBET, François. *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí: Ed: Unijuí, 2003, 76p.

_____. *La galère. Jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 114, p. 197-223, 2001'.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. "O sujeito e o poder". In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231 – 249.

_____. *Arqueologia do saber*. 3ªed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

GIBLIN, Béatrice. *Dictionnaire des Banlieus*. Larousse, Paris, 2008.

KOKOREFF, Michel. *La force des quartiers: de la délinquance à l'engagement politique*. Paris: Payot, 2003.

LOPES, Maura Corsini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, p. 153-170, 2009.

MACÉ, Eric. As formas da violência urbana: uma comparação entre França e Brasil. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 177-188, mai. 1999.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J.; GOELLNER. S. (org.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 9-27.

MUCHIELLI, Laurent. 2009. *Les Bandes De Jeunes; Des "Blousons Noirs" À Nos Jours*. Paris, LA DECOUVERTE.

SAGOT-DUVAUROUX, Jean Louis. Le "nous" manquant. In: SAGOT-DUVAUROUX, Jean Louis. *Banlieue, lendemains et révolte*. Paris: La Dispute, 2006.

SAUVADET, Thomas. *Jeunes dangereux jeunes en danger: comprendre les violences urbaines*. Paris: Editions Dilecta, 2007.

THOMASSIM, Luis. Juventude, segurança e paz: “pra não dizer que não falei de esportes”. In: ASQUIDAMINI, Fabiane (org.) *Contratempos: juventude, segurança e paz*. São Leopoldo: CEBI (Centro de Estudos Bíblicos), 2009. p. 84-94.

TISSOT, Silvie. *Retour sur une émeute*. 2004. Disponível em: <http://www.lmsi.net/impression.php3?id_article=305>. Acesso em: 9 mai. 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corsini. Inclusão e governamentalidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

WACQUANT, LOIC. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. A Aberração Carcerária à Moda Francesa. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 2, 2004, pp. 215 a 232.

Recebido em: 02/11/2016.

Aceito em: 24/11/2016.

José Geraldo Soares Damico

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universidade de Paris 8 (Cotutela). Docente da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRGS. jgdamico@gmail.com